

ATE III Transmissora de Energia S.A.

CNPJ nº 07.002.685/0001-54

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custos e Despesas	
		2019	2018	2019	2018
1	Serviços de operação e manutenção - Taesa x ATE III	89	42	518	474
2	Serviços de "back-office" - Taesa x ATE III	27	26	321	308
3	Reembolso de despesas Taesa x ATE III	17	9	-	-
5	Previdência privada Forluz - Custo	-	-	5	20
		133	77	844	802

II - Dividendos a pagar		2019	2018	2019	2018
Dividendos a pagar a Taesa		-	-	-	-
		62.806	(62.806)		

III - Remuneração dos diretores: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

12. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis e trabalhistas e outros assuntos. Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos trabalhistas e cíveis (faixa de servidão) em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A Companhia possui depósitos judiciais relativos a estas ações no valor de R\$1.047.

	2019	2018	2019	2018
Cíveis	1.294	330	(11)	(2)
Trabalhistas	160	-	(160)	-
	1.454	330	(11)	(162)

Passivos contingentes: Em 31 de dezembro de 2019, com base na opinião de seus consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificadas como possível pela Administração da Companhia, era de R\$11.252, referentes a causas fiscais no valor de R\$5.303 e a causas cíveis no valor de R\$5.949 (R\$6.995 em 31 de dezembro de 2018 referentes a causas fiscais e R\$5.952 referente a causas cíveis). Não tendo, dessa forma, passivos contingentes das causas trabalhistas, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. As principais causas são: - Execução fiscal ajuizada para cobrança dos valores oriundos de suposto não recolhimento de imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS diferencial de alíquotas no período de junho a outubro de 2007 no montante histórico de R\$3.845. Atualmente, o feito encontra-se em trâmite perante o Superior Tribunal de Justiça. - Auto de infração, no valor histórico de R\$1.117, lavrado, pela Receita Federal, sob a alegação de que a empresa não teria comprovado a efetividade dos serviços prestados pelas empresas Telvent Operadora de Sistemas Elétricos e Cotesa Engenharia Ltda., razão pela qual não poderia deduzir de sua base de imposto de Renda e de CSLL, referentes ao ano-calendário de 2008, as despesas decorrentes das atividades de operação e manutenção das linhas de transmissão de energia elétrica. - Cobrança da diferença do ICMS recolhido quando da remessa interestadual de máquinas, equipamentos, peças e demais insumos para a linha de transmissão no Estado do Pará. Foi concedido um benefício fiscal à ATE III pelo Estado do Pará, no qual estava reduzida em 50% a base de cálculo do ICMS relativa ao diferencial de alíquota nas aquisições dos bens indicados anteriormente. Foram opostos embargos à Execução Fiscal (ação própria para defesa contra uma cobrança executiva fiscal), sobre os quais ainda não foi obtida sentença. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o saldo era de R\$1.338, valor este depositado em juízo.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2019, o capital social totalmente integralizado era de R\$448.500, representado por 448.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e em 31 de dezembro de 2018, o capital social totalmente integralizado era de R\$588.500, representado por 588.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. (*) Em 9 de janeiro de 2019 houve a efetivação da redução de capital da Companhia, após o decurso do prazo de 60 dias, previsto nos termos do Artigo 173 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, para oposição de credores em relação à redução de capital aprovada na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia, realizada no dia 6 de novembro de 2018, onde foi deliberada a redução do capital social da Companhia, passando o capital social de R\$588.500, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente, para R\$ 448.500. **Reservas de lucro** - (a) **Reserva legal** - constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e (b) **Reserva de incentivo fiscal** - a Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica no estado do Tocantins. Esses incentivos foram concedidos pela SUDAM e consistem na redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados até o ano-base 2027. **Remuneração dos acionistas** - o estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

14. CRÉDITO (DESPA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Correntes - Calculados sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real.

	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6.644)	(14.497)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.380)	(2.086)
	(8.024)	(16.583)

Diferidos - Registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos, e o respectivo valor contábil, incluindo-se entre elas os ajustes decorrentes das leis nº 11.638/07, 11.941/09 e Lei nº 12.973/14.

15. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, e possuem cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto. Esse fato é uma consequência das coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com

os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. A Companhia mantém apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500, galpões e estoques, e possui cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - "Director and Officer - D&O" e de frota.

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de indenização	Danos materiais - valor em risco	Prêmio
Responsabilidade civil Geral - RCG	Chubb Seguros	20/09/19 a 19/09/20	10.000	-	5
Risco operacional	Mapfre Seguros	02/12/19 a 01/06/21	-	77.476	296
- RO	Mapfre Seguros	24/12/19 a 23/12/20	100% Tabela FIPE	-	10
Seguro veículos - Frota	Tokyo Marine	19/09/19 a 18/09/20	15.000	-	-
D&O	Zurich Seguros	18/09/20	15.000	-	-

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1 Estrutura de gerenciamento de riscos: O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem o risco de mercado (risco de moeda, de taxa de deflação, e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados. **16.2 Gestão do risco de capital:** A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações. **16.3 Categorias de instrumentos financeiros**

	2019	2018
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado:		
- Títulos e valores mobiliários	45.539	159.489
- Equivalentes de Caixa	6.831	1.211
Custo amortizado:		
- Caixa e bancos	19	28
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	7.249	11.263
	59.638	171.991

Passivos financeiros

	2019	2018
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	3.935	1.955
- Rateio de antecipação e Parcela de ajuste	2.134	2.891
	6.069	4.846

16.4 Risco de mercado: **16.4.1 Gestão do risco de taxa de juros:** A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos. A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras, cujo risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros. **16.4.2 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros:** As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índice	2019	Cenário provável em 2020
CDI (a)	5,94%	4,25%

(a) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), 06 de março de 2020 - Fonte Externa Independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos

	2019	Efeito Provável no LAIR - 2020 - (redução)
Ativos financeiros - Equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários - CDI	52.370	(885)

16.5 Gestão de risco de crédito: O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras. O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. **16.6 Gestão dos riscos operacionais:** É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de obrigações legais e regulamentares e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são: **Riscos regulatórios** - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes. **Risco de seguros** - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos. **Risco de interrupção do serviço** - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes. **Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas** - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso. Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados. Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor. Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais. **Risco técnico** - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso. **Risco de contencioso** - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos. A Administração da Companhia é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii)

cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz. **16.7 Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. **16.7.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:**

Ativos financeiros	Nota explicativa	2019	2018	Hierarquia do valor justo
Equivalentes de caixa	4	6.831	1.211	Nível 2
Títulos e valores mobiliários	5	45.539	159.489	Nível 2

17. LUCRO POR AÇÃO

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	43.709	59.721
Quantidade de ações ordinárias	448.500	588.500
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,09746	0,10148

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2019	2018
Remuneração do ativo de contrato de concessão	31.865	33.668
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	18.560	23.828
Operação e manutenção	39.653	38.204
Construção (c)	(759)	1.006
Parcela variável (a)	(9.944)	(4.391)
Outras receitas	87	(1.334)
Receita operacional bruta	79.462	90.981
PIS e COFINS correntes	(11.660)	(11.942)
PIS e COFINS diferidos	4.526	3.425
Encargos setoriais (b)	(5.216)	(4.786)
Deduções da receita	(12.350)	(13.303)
Receita Operacional líquida	67.112	77.678

Reconciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis de IRPJ e CSLL

	2019	2018
Receita operacional bruta	79.462	90.981

(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa

	3.005	(8.556)
--	-------	---------

Receita operacional bruta tributável

	82.467	82.425
--	---------------	---------------

a) Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A PV pode ser classificada em **Não programada**, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em **Programada**, quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão. (b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. (c) Reversão dos investimentos foram realizados em melhoria para o custo de O&M, vide nota explicativa 6.

19. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	2019	2018
-Remuneração direta	(1.390)	(1.302)
-Benefícios	(724)	(667)
-FGTS e INSS	(551)	(581)
Pessoal	(2.665)	(2.550)
- Custo de Construção	753	(901)
- O&M	(10.615)	(2.430)
- Outros	(41)	(59)
Materiais	(9.903)	(3.390)
Serviços de terceiros	(3.092)	(3.539)
Depreciação e amortização	(211)	-
Outros custos e despesas operacionais	(1.802)	(1.342)
Total custos e despesas	(17.673)	(10.821)

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e das despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir: **Custos com materiais:** custos oriundos de construção, reforços, manutenção e operação de linhas de transmissão. **Custos com serviços de terceiros:** custos com operação, manutenção, compartilhamento de instalações, comunicação, vigilância e serviços de engenharia, despesas com consultorias, serviços gráficos, manutenção de veículos, viagens, auditoria e serviços de vigilância e limpeza. **Outros custos e despesas operacionais:** custos e despesas com aluguel, combustível, seguros, doações a entidades cíveis e patrocínios cultural e artístico.

20. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2019	2018
Renda de aplicação financeira	2.368	7.434
Outras receitas financeiras	198	2.205
Receitas financeiras	2.566	9.639
Juros de arrendamentos	(65)	-
Outras despesas financeiras	(207)	(192)
Despesas financeiras	(272)	(192)
	2.294	9.447

21. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012. Em 31 de dezembro de 2019, 86% do quadro efetivo de empregados da Companhia participava do Plano Taesaprev (85% em 31 de dezembro de 2018). A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia. A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 11 - Partes Relacionadas.

22. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Serviço de Operação dos ativos - A Companhia contratou a Taesa para realização das atividades de operação e manutenção de suas instalações. Os valores de passivo e custo estão apresentados na nota explicativa nº 11 - Partes relacionadas. **Compensação ambiental:** • **Trecho Marabá-Carajás** - Cumprida toda a compensação ambiental requerida, restando apenas o recebimento da quitação formal por parte da Secretaria de Meio Ambiente do Pará - SEMA-PA. • **Trecho Itacaiúnas-Colinas** - Houve desembolsos de R\$1.403 até 31 de dezembro de 2019, restando uma provisão de R\$384, que será utilizada conforme determinação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais - Os empreendimentos estão regulares com suas obrigações ambientais e devidamente licenciados (licenças de operação vigentes).

Licenças ambientais				
Trecho	Licença de Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Outras informações
Itacaiúnas - Colinas	753/2008	17/06/2008	17/06/2012	Renovação solicitada ao IBAMA em 30/03/2012. Permanece válida até manifestação do IBAMA
Marabá - Carajás	10275/2016	28/12/2016	27/12/2021	(Resolução CONAMA nº 237/97)

Diretoria	
Nome	Cargo
Marcus Pereira Aucélio	Diretor Administrativo - Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
Wagner Rocha Dias	
Contador CRC RJ-112158/O-3 - CPF nº 778.993.777-49	